

Este artigo procura desenvolver algumas categorias para a investigação da inclusão dos surdos nas escolas regulares do ensino fundamental. Buscando assim encontrar uma forma lógica de integrá-los não só nas escolas, mas também na vida social. Assim possamos construir uma sociedade mais justa e humana. Frente a esse trabalho deveremos reconhecer e procurar mostrar a eles, suas capacidades e limitações. Favorecer-lhes desenvolvimento de seu pensamento crítico, do seu raciocínio e do seu acesso ao conhecimento, estimulando-o a uma melhor participação na vida cultural e social. Palavras-chave: Inclusão, investigação, integração, pensamento crítico.

## **A educação de surdos no mundo**

A história da inclusão no Brasil, a cada dia se fortalecendo mais. Especialistas vêm mostrando que a inclusão é necessária e que a partilha de experiências, informações e conhecimento, só tem valor se for repassado. Na maioria dos casos a integração do aluno portador de deficiência requer a presença de um professor que colabore dentro da sala de aula de modo que favoreça o progresso e a aprendizagem.

Observando a trajetória histórica do ontem e o processo hoje, a história da humanidade foi testemunha de como as pessoas com deficiência foram excluídas da sociedade. Durante os séculos X a IX a.C, as leis permitiam que os recém-nascidos com sinais de debilidade ou algum tipo de má formação fossem lançados ao monte Taigeto. As crianças que nasciam com alguma deficiência eram deixadas nas estradas para morrerem. Diante da literatura antiga, a Bíblia faz referência ao cego, manco e ao leproso comopeditante ou rejeitados pela sociedade.

(Kanner, 1964, p.5), relatou que "a única ocupação para os retardados mentais encontrados na literatura antiga é a de bobo ou de palhaço, para a diversão dos senhores e de seus hóspedes". Com a expansão do comércio os deficientes passaram a ser um peso para a sociedade, teriam que serem ingressados na sociedade, mas não haviam sido adaptados para o trabalho, então como ingressá-los?

E sobre a educação não havia notícia. A surdez que é uma deficiência insignificante, as crianças eram consideradas irracionais, obrigadas a fazerem os trabalhos mais desprezíveis, viviam sozinhos e abandonados na miséria. Eram considerados pela lei da época como imbecis. Não tinham direitos e também eram sacrificados, não recebiam comunhão nem heranças e ainda havia sanções bíblicas contra o casamento de duas pessoas surdas. Mais tarde, durante a Idade Média a igreja condena o infanticídio, fornecendo a idéia de atribuir a causas sobrenaturais as "anormalidades" que apresentavam as pessoas. É importante ressaltar que até o início da Idade Moderna não havia notícias de experiências educacionais com as crianças surdas. O surdo era visto como um ser irracional, primitivo, não educável, não cidadão; pessoas castigadas e enfeitçadas, como doentes privados de alfabetização e instrução, forçados a fazer os trabalhos mais desprezíveis; viviam sozinhos e abandonados na miséria. Eram considerados pela lei e pela sociedade como imbecis. Não tinha nenhum direito e também eram sacrificados. A história dos surdos começou assim: triste, muda e dolorosa. A idéia que tinha sobre os surdos era de piedade e tamanha ignorância.

Em 1712-1789 surgiu na França o Abade Michel de L'Epée a primeira escola para crianças surdas, onde foi utilizada a língua de sinais, uma combinação dos sinais com a gramática

francesa, com o objetivo de ensinar a ler, escrever, transmitir a cultura e dar acesso à educação (SACKS, 1989). O método de L'Épée teve sucesso e obteve os resultados espetaculares na história da surdez. Em 1791, a sua escola se transforma no Instituto Nacional de Surdos e Mudos de Paris, e foi dirigida pelo seu seguidor o gramático Sicard. (SACKS, 1989). Surge então em 1950, na Alemanha, a primeira escola pública baseada no método oral e tinha apenas nove alunos.

No século XIX, os Estados Unidos se destacam na educação de surdos utilizando a ASL (Língua de Sinais Americana), com a influência da língua de sinais francesa trazida por Laurent Cler, um professor surdo francês, discípulo do Abad Sicard, seguidor de L'Épée fundando junto com Thomas Gallandet, a primeira escola americana para surdos e em 1864 transformando no ano de 1864 a única Universidade para surdos no mundo.

Assim, a partir de 1880 e até a década de 70 deste século, em todo o mundo a educação dos surdos foi seguindo e se conformando com a orientação oralista decidida no Congresso de Milão.

Com o avanço da tecnologia surgem as próteses auditivas e os aparelhos de ampliação cada vez mais potentes, possibilitando ao surdo à aprendizagem da fala através de treinamento auditivo.

Conforme Mazzotti, 1989, a escola aparece como sendo produtora de homens educados. Tendo como certo que a educação escolar constitui-se no único caminho seguro para a realização da educação dos cidadãos.

### **A educação de surdos no Brasil**

A história da educação de surdos iniciou-se com a criação do Instituto de Surdos-Mudos, hoje é o atual Instituto Nacional de Educação de surdos (I.N.E.S.). Fundado em 26 de setembro de 1857, pelo professor surdo francês Emet Hwet, que veio ao Brasil a convite do Imperador D. Pedro II para trabalhar na educação de surdos. No início, eram educados por linguagem escrita, articulada e falada, datilografia e sinais. A disciplina "Leitura sobre os Lábios" estaria voltada apenas para os que apresentassem aptidões e a desenvolver a linguagem oral. Assim se deu o primeiro contato com a Língua de Sinais Francesa trazida por Hwet e a língua dos sinais utilizada pelos alunos. É importante ressaltar que naquele tempo, o trabalho de oralização era feito pelos professores comuns, não havia os especialistas. Assim a comunidade surda veio conquistando seu espaço na sociedade. Hoje podemos observar que os governos têm preocupado com a inclusão. De acordo com a Declaração de Salamanca (1994, p. 15).

(...) a expressão necessidades educacionais especiais refere-se a todas as crianças e jovens cujas carências se relacionam a deficiências ou dificuldades escolares. (...) Neste conceito, terão que se incluir crianças com deficiências ou superdotados, crianças de rua ou crianças que trabalham, crianças de populações remotas ou nômades, crianças de minorias lingüísticas, etnias ou culturais e crianças de áreas ou grupos desfavoráveis ou marginais.

Segundo o texto da Constituição brasileira, em seu artigo 208, fica também garantido "O atendimento especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de

ensino". A lei nº 9394/96, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional procurando trazer a garantia de "atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino". Segundo o texto constitucional, na concepção da lei, a "educação especial" é definida no artigo 58, como "a modalidade de educação escolar na rede regular de ensino, para educando portadores de necessidades especiais." Nesse caso, porém, temos um detalhamento de como este processo, em teoria, deveria ocorrer.

Segundo o texto legal:

Art. 59 – Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I – Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às suas necessidades;

II – Terminalidade específica para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III – Professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos na classe comuns;

IV – Educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho;

V – Acesso igualitário, aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

Mesmo com o amparo das leis ainda é preciso lutar, participar das políticas comunitárias dentro das escolas, das clínicas, dos órgãos públicos buscando mudanças as políticas educacionais. A lei fala preferencialmente e não exclusivamente, dificultando um pouco o acesso dos surdos na educação. Pois muitas vezes os profissionais da área de educação não sabem, e tem medo de enfrentar o desafio. Para Sasaki (1997, p. 150), "E preciso rever toda a legislação pertinente à deficiência, levando em conta a constante transformação social e a evolução dos conhecimentos sobre a pessoa deficiente."

### **Deficiente auditivo, surdo ou surdo-mudo?**

Segundo FENEIS (Federação Nacional dos Surdos), o surdo –mudo é a mais antiga e incorreta denominação atribuída ao surdo, e infelizmente ainda utilizada em certas áreas e divulgada nos meios de comunicação. Para eles o fato de uma pessoa ser surda não significa que ela seja muda. A mudez é outra deficiência. Para a comunidade surda, o deficiente auditivo é aquele que não participa de Associações e não sabe Libras, a Língua de sinais. O surdo é o alfabetizado e tem a Libras (Língua Brasileira de Sinais), como sua língua materna.

O surdo é o indivíduo em que a audição não é funcional para todos os sons e ruídos ambientais da vida; que apresenta altos graus de perda auditiva prejudicando a aquisição da linguagem e impedindo a compreensão da fala através do ouvido, com ou sem aparelhos necessitando de próteses auditivas altamente potentes. Temos também o hipoacusia auditiva termo usado para designar perda parcial de audição, sendo mais freqüente nos idosos.

Os três tipos primários de perda de audição são:

- Perda Condutiva: Quando a perda auditiva se deve a um problema físico no ouvido externo ou médio. Costuma ser o resultado da fixação após a fratura do estribo, um dos três ossinhos do ouvido médio que transmitem o som através do mesmo até o líquido do ouvido interno. A maioria não são permanentes podem ser tratadas com medicamentos ou cirurgias.
- Perda Sensoneural: Acontece quando o som é passado do ouvido externo para o médio, mas o interno ou o nervo auditivo não transmite normalmente o som ao cérebro.
- Perda mista: Quando inclui componentes tanto condutivos quanto sensoneurais. A perda de audição pode ser classificada, igualmente, segundo seu nível de gravidade - leve, moderada, grave ou profunda - e segundo afete as freqüências baixas, altas ou a todas as freqüências dos sons.

Causas da deficiência auditiva:

Causas genéticas e hereditárias; transmissão genética e combinação indesejável entre os gens. O pré-natal adequado pode evitar, o desenvolvimento das futuras malformações.

Causas pré-natais:

Virose – rubéola, sarampo, caxumba, etc.

Protozoários (toxoplasmose)

Bactérias (sífilis)

Medicações.

Patologias que causam ruptura uterina, deslocamento prematuro da placenta.

Gestação de Alto Risco: gestante cardíaca, ou problema renal.

Causas natais: nesse período encontramos uma estatística muito grande é a criança que devido ao sofrimento fetal, nasce geralmente cianozada (azulada) devido a problemas de oxigenação, necessitando muitas vezes de prolongado processo de reanimação. Parto demorado, difícil contrações uterinas intensivas e prolongadas, posição inadequada de apresentação fetal, circulares do cordão umbilical, ausência de passagem pelo canal do parto, ruptura precoce da bolsa d'água,

incompatibilidade do fator RH.

Causas pós-natais:

Meningite, medicação, desidratação, sífilis, virose, etc.

### **Importância do bilingüismo:**

Felipe (1989), afirma que há dois tipos de bilingüismo social mostrando a necessidade de uma determinada comunidade; por algum motivo, precisar utilizar as duas línguas obrigatoriamente. Já o bilingüismo individual é quando o indivíduo tem opção de aprender outra língua além da sua língua materna.

Como os surdos estão inseridos em duas comunidades eles precisam ter contato com as duas línguas mantendo o bilingüismo social e isso proporcionará um maior desenvolvimento, pois um língua, quebrando assim o bloqueio da comunicação. É bom lembrar o que Felipe (1989) nos diz:

"a comunidade surda não é um ambiente onde se encontram pessoas surdas consideradas "deficientes", que têm problemas de comunicação: mas tem um lugar onde há participação e articulação política do surdos que se organizam em busca de melhorias e lutam por seus direitos cidadania e também por seus direitos lingüísticos"...

Para os surdos o ensino deve ser baseado na visão e não na audição. Ao trabalhar com o surdo, devemos usar materiais com visual, procurar passar o conteúdo mais importante. Solicitar dos pais a participação, usar a escrita como forma de passar as informações, colocar no grupo de trabalho pessoas que tenham mais disponibilidade e paciência, aprender alguns sinais básicos da Libras. Ter disponibilidade e acreditar que o surdo tem capacidade de se comunicar, aceitar sua escrita e lembrar que ela somente tem dificuldades no comunicar, mas com capacidade e vontade de aprender. Ao falar com o surdo devemos falar de frente e usar frases curtas, com o tom de voz normal e articulando bem as palavras, não usando muitos gestos e nem qualquer objeto na boca. Podendo assim permitir que ele faça a leitura labial. Ser expressivo, demonstrar seus sentimentos, não cutucar, tocar delicadamente a pessoa e ao mudar de assunto, avisar. Caso perceba que a comunicação não esteja sendo compreendida, use outra forma de comunicação, a escrita, o desenho e objetos são importantes. A lei dá abertura para as adaptações curriculares, podendo assim todo o sistema educacional adaptar sua metodologia para atender a todos sem distinção.

Conforme (Projeto Escola Viva, 2002),

"As necessidades especiais revelam que tipos de estratégias, diferentes das usuais, são necessárias para permitir que todos os alunos, inclusive as pessoas com deficiência participem integralmente das oportunidades educacionais, com resultados favoráveis, dentro de uma programação tão normal quanto possível".

Algumas estratégias são de competência de instâncias político-administrativas superiores e por isto denominam-se "adaptações curriculares de grande porte". As outras, com modificações menores, são de competência do professor em sua sala de aula, tem a denominação de adaptações curriculares de pequeno porte.

Essas estratégias e adaptações vêm facilitar a aprendizagem. Conforme Sasaki (1997, p.117), "essa preparação deverá ocorrer em sala de aula, em setores operacionais da escola e na comunidade. Deverá haver ação conjunta do diretor e dos professores da escola, das autoridades educacionais, dos líderes do movimento dos portadores de deficiência e representantes da comunidade". Assim não só a escola se torna inclusiva, mas toda sociedade contribuindo com a inclusão e desenvolvendo juntas; escola e sociedade a criatividade, flexibilidade, sensibilidade, técnicas de parcerias para um futuro melhor.

### **Conclusão:**

Cabe a cada educador não cruzar os braços, buscar o aperfeiçoamento. Numa época em que há um constante desenvolvimento e a tecnologia avança a cada momento, é necessário acompanhar a evolução com urgência, buscar recursos, usar novas metodologias, criar espaço especificado para as diferentes disciplinas possibilitando a facilitação e a integração de todos.

Percebe-se que há uma busca pela compreensão integral do portador de deficiência, e a tentativa de estruturar uma lei que seja, ao mesmo tempo, abrangente o suficiente para comportar os vários modelos e tipos de deficiência, no que se refere à busca pela capacitação e integração do ser humano.

WEERNECK (1992) apresenta um aforismo que diz: "esquecemos o que ouvimos, decoramos o que lemos e aprendemos o que fazemos". Ou seja, a escolha da metodologia a ser aplicada vai estar na dependência do perfil das pessoas envolvidas e dos objetivos da prática pedagógica assumida. Como em geral grupamentos não são homogêneos, a aprendizagem deverá levar em consideração a diversidade de idéias, comportamento, capacidade de assimilação de cada indivíduo antes de abordar o projeto de ensino. É papel da escola tornar-se sensível ao ritmo da evolução social e tecnológica. Assim como também para o professor que deve encarar como forma permanente os diversos tipos de funções a serem exercida, procurando além de incentivar, mostrar que todos são capazes de aprender. É necessário também que o professor possa se libertar de determinadas práticas rotineiras, tendo oportunidade de consagrar mais tempo à observação psicopedagógica, dando lugar a intervenção junto ao aluno no momento em que ele achar mais importante. O aprendizado da língua portuguesa é mais difícil e prolongada, mas é necessário e importante para a comunicação com os ouvintes e a sociedade. Então, precisará de condições especiais para aprender esta língua que não é natural, para não ser discriminada (FELIPE, 1995).

O ideal seria formar os surdos, desde sua infância ao conhecimento das duas línguas. A cada língua que aprendemos ampliamos a percepção que temos do mundo e as possibilidades de interpretar as situações da vida cotidiana.

Não é só necessário a inovação educacional, mas o estímulo entre alunos, professor e família, para a construção do conhecimento. Pois se sabe que cada criança aprende com a

família e com a sociedade a qual pertence. Cada grupo familiar tem seu código, sua maneira própria de viver. É preciso ter paciência, acreditar que todos são capazes. Esperar que a Educação Inclusiva seja olhada com mais carinho, pois cada um aprende dentro do seu limite e com muita vontade de poder participar do processo ensino aprendizagem, não como um "aleijado" ou doente, mas como um ser humano cheio de qualidades e vontade de aprender.

#### REFERÊNCIAS:

BRASIL, Lei, nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprovada o Plano Nacional de Educação e da outra providência. Diário Oficial da União. Brasileira, 10 jan. 2001.

BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica. Brasília: Mec/SEESP.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretária de Educação Especial. Projeto escola viva: Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola: alunos com necessidades educacionais especiais. Brasília, v. 1 a 6, 2000.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de educação fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Adaptações Curriculares; estratégias para educação de alunos com necessidades educacionais especiais. Brasília: MEC/SEF/SEESP, 1999.

BRASIL, Congresso Nacional. Constituição da República Federativa, 1988.

BRITO, Lucinda Ferreira. Integração social e educação de surdos. Rio Janeiro: Editora Babel, 1993.

BUENO, José Geraldo Silveira. Excepcionalidade, história e conceito: Educação especial brasileira: integração/segregação do aluno diferente: São Paulo: EDUC, 1993, p.27-40.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. UNIESCO. 1994

FELIPE, Tanya Amara. Bilingüismo e surdez. Anais I Congresso Brasileiro de Lingüística Aplicada. São Paulo: Universidade Estadual de Campinas, 1983.

FENEIS ([Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos](#)). Kit LIBRAS é Legal ! 2002.

FERNANDES, Eulália. Problemas lingüísticos e cognitivos do surdo. Rio de Janeiro: Editora Agir, 1990.

FERREIRA, Geralda E. Língua e Sinais, Cooperar – Psicologia e Sociedade, Belo Horizonte, 2000.

GOLDFELD, Márcia. A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sócio-interacionista. São Paulo: Editora Plexus, 1997.

MAZZOTTI, Tarso B. Produção escolar. Caderno educativo. Jul.dez, 1989.

MONTOAN, Maria Teresa Egér, Inclusão Escolar: O que é? Por que? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

RAMOS, Cléa. R.; GOLDFELD, M. Vendo vozes: os passos dados na direção da realização de um programa de televisão para crianças surdas. In.: Revista Geles. N.06, ano5, Rio de Janeiro: Babel, 1992.

SACKS, Oliver, Vendo vozes: uma jornada pelo mundo dos surdos. Rio Janeiro:Imago, 1989.

SKLIAR, Carlos (Org.) A surdez: uma olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 1998.

SASSAKI, Romeu. Incusão: Construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

WERNECK, Hamilton, Se você finge que ensina, eu finjo que aprendo. Petrópolis: Vozes, 1992.